

## **INDICADORES ECONÔMICOS FINANCEIROS RELACIONADOS AOS EFETIVOS GASTOS COM EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**

Ana Clara Carvalho de Araujo (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Kelly Cristina Mucio Marques (Orientadora), Cláudio Marques (Co-orientador), e-mail: ra106928@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Contábeis/Maringá, PR.

**Área: Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Subárea: Contabilidade e Finanças Públicas.**

**Palavras-chave:** Custo na Educação Pública, Indicadores Econômicos/Financeiros na Educação, BIG Data.

### **Resumo:**

A pesquisa teve como principal objetivo a avaliação da execução orçamentária e, a partir da identificação do quanto foi destinado à “função educação”, foram elaborados indicadores econômicos/financeiros relacionados aos gastos educacionais do Município de Maringá no período de 2017 e 2018. Para que esses indicadores fossem elaborados, inicialmente foi verificado junto às Leis orçamentárias se o Município está cumprindo às exigências legais de destinação de recursos para a educação, ou seja, no mínimo de 25% sobre as receitas de impostos, conforme art. 212 da Constituição Federal. Os dados foram obtidos através do portal de transparência da Prefeitura, os quais foram compilados observando as categorias de “Sub Função”; “Programa” e “Elemento da Despesa” e os respectivos valores relacionados à essas categorias caracterizadas como ‘despesas empenhadas e liquidadas’, destacando que esses valores foram sendo atualizados até o mês de Junho de 2020. Inicialmente os dados foram compilados no software “Excel” e logo após foram transferidos para o software “Tableau”, considerado um sistema BIG DATA, o qual foi cedido pela empresa proprietária para fins acadêmicos. Os indicadores elaborados referem-se basicamente à sub função “Ensino Infantil” e “Ensino Fundamental”.

### **Introdução**

Uma gestão pública de qualidade, seja municipal, estadual ou nacionalmente, influencia diretamente na qualidade de vida da população em vários aspectos: saúde, educação, segurança, etc. Entretanto, os governos e seus gestores podem não corresponder às expectativas,

relacionadas às promessas eleitorais de seus eleitores e, em um cenário negativo, ocorrem casos de corrupção e descumprimento legislativo. Com base nesse cenário, um dos setores que podem ser significativamente afetados é o setor educacional, cuja ligação com a formação geral da sociedade é considerável, já que forma por meio do ensino os futuros cidadãos, contemplando uma formação profissional, acadêmica e pessoal. As consequências da educação na formação não se restringem a um período específico (o de formação), mas impacta em toda a vida, nas mais variadas áreas da vida humana. A Constituição Brasileira dispõe sobre a necessidade da promoção da educação como direito de todos e dever do Estado (art. 205). A partir desse contexto, como objetivo geral do estudo pretende-se avaliar a execução orçamentária nos períodos delimitados e identificar o quanto realmente foi destinado à “Função Educação” considerando os valores relacionados a restos a pagar. Com a identificação dos reais valores destinados à educação Municipal, apresenta-se com objetivos específicos a criação de indicadores econômicos/financeiros relacionados à área em questão.

## **Materiais e métodos**

### *Classificações e etapas da despesa pública*

A gestão pública classifica as despesas de acordo com sua finalidade. Nesse contexto, as despesas são agrupadas nas funções, em seguida subdivididas nas sub funções, sendo ainda classificadas de acordo com os programas, projetos e elemento de despesa (tipo de despesa).

### *Dados e métricas*

Os dados foram extraídos a partir do portal de transparência e também através de solicitações realizadas à prefeitura municipal de Maringá, de acordo com os anos de 2017 e 2018. Com base no objetivo definido, foram elaborados indicadores com vista a identificar a atuação municipal na área da educação. Além disso, os valores utilizados representam aqueles efetivamente gastos, excluindo valores anulados, cancelados ou que não tenham sido pagos ainda. Também não foram considerados os gastos administrativos, pelo fato de sua incidência indireta aos gastos com as modalidades de ensino. De maneira a responder ao objetivo proposto, foram elaborados os seguintes indicadores, os quais permitem a comparabilidade entre os períodos de 2017 e 2018 e entre as modalidades de ensino: 1. Custo médio por aluno do Ensino Infantil; 2. Custo médio com Pessoal por aluno do Ensino Infantil (Salários e Encargos); 3. Custo médio com Alimentação do Ensino Infantil; 4. Principais Fornecedores da Educação; 5. Investimento de Capital X Gatos Totais; 6. Investimento com qualificação dos servidores em relação aos Gastos Totais/Aluno; 7. Custo médio por aluno do Ensino Fundamental; 8. Custo médio com Pessoal por aluno do

Ensino Fundamental (Salários e Encargos); 9. Custo médio com Alimentação do Ensino Fundamental; 10. Custos Administrativos para cada Aluno; 11. Análise dos restos a pagar. E para fins de análise gráfica, foi utilizado um sistema computacional de “Business Intelligence”, denominado “Tableau”, o qual é cedido gratuitamente para acadêmicos.

## Resultados e Discussão

A partir dos dados obtidos, aplicando-os às métricas elaboradas, obtemos os seguintes resultados:

**Tabela 1** – resultado das métricas aplicadas à execução orçamentária na educação maringense nos anos de 2017 e 2018

Indicador	2017	2018	Variação
1a. Custo médio mensal por aluno do Ensino Infantil	R\$659,60	R\$735,80	-11,55%
1b. Custo médio mensal por aluno do Ensino Fundamental	R\$426,80	R\$438,50	+ 2,67%
2a. Custo médio mensal com Pessoal por aluno do Ensino Infantil (Salários e Encargos)	R\$494,70	R\$560,70	+ 13,34%
2b. Custo médio mensal com Pessoal por aluno do Ensino Fundamental (Salários e Encargos)	R\$315,83	R\$334,36	+ 5,54%
3a. Custo médio mensal com Alimentação do Ensino Infantil	R\$44,41	R\$35,11	- 20,94%
3b. Custo médio mensal com Alimentação do Ensino Fundamental	R\$24,51	R\$22,57	- 7,92%
4. Investimento de Capital X Gatos Totais	10,5%	6,83%	- 53,73%
5. Investimento com qualificação dos servidores em relação aos Gastos Totais/Aluno	1,42% do total gasto; R\$99,14 por aluno	0,23% do total gasto; R\$17,30 por aluno	- 82,55%
6. Custos Administrativos para cada Aluno (mensal e Ens. Fund. e Inf.)	R\$71,00	R\$ 72,00	+1,39%

## Conclusões

O presente estudo analisou os gastos efetivos na educação infantil e fundamental no município de Maringá, atendendo o objetivo proposto. Esse

último relacionado à execução orçamentária e à identificação dos valores efetivamente destinados à área formadora de crianças e jovens, analisando também sob a ótica de indicadores econômicos/financeiros relacionados à educação. A partir dessa constatação foi possível a obtenção de algumas análises importantes, como, por exemplo, o custo médio por aluno do ensino infantil e fundamental e sua variação em 1 ano, sendo esta, respectivamente, - 11,55% e + 2,67%. Nesse caso, seria interessante o estudo dos resultados práticos, em questão de aprendizagem, de acordo com a variação de valores. O valor investido em pessoal por aluno, considerando a passagem de 1 ano, quando comparados entre si, é 36,16% maior no ensino infantil em relação ao ensino fundamental em 2017. Em 2018, o valor investido no ensino infantil quando comparado ao ensino fundamental é 40,37% superior. Outro indicador relevante é o relacionado a investimento em capacitações aos servidores públicos do ensino. De 2017 para 2018, houve uma significativa diminuição de 82,55%. Faz-se necessário, portanto, que a gestão municipal se atente aos valores investidos e aos possíveis impactos que tais valores podem gerar na educação e na vida dos alunos atendidos.

## Agradecimentos

Agradeço, primeiramente e acima de tudo, a Deus, que me guiou e permitiu a execução e finalização do presente trabalho. Agradeço também a minha família, que em todo o tempo me apoiou integralmente. E também a Universidade Estadual de Maringá e ao CNPq, por meio dos quais obtive a oportunidade e a bolsa de auxílio. Em especial, agradeço a professora Kelly Marques e ao professor Cláudio Marques, os quais me disponibilizaram orientação e auxílio em todo o tempo, permitindo não só a agregação em minha formação acadêmica e técnica, mas também como cidadã. Sem sua orientação, este trabalho não seria possível.

## Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Edição administrativa do Senado Federal. ed. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 de maio de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 28 ago. 2019.

29º Encontro Anual de Iniciação Científica  
9º Encontro Anual de Iniciação Científica Júnior



29 a 31 de outubro de 2020

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.